

## Trabalho feminino e relações de gênero na perspectiva de beneficiárias do programa bolsa família<sup>1</sup>

*Female labor force and gender relationships in the perspective of bolsa familia program beneficiaries*

Andréa B. Simão<sup>1</sup>, Amanda do Carmo Amorim Nadú<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Campus Contagem, Rua Rio Comprido, 4580, Contagem, Minas Gerais, Brasil. andreasimao@gmail.com; amandassocial2014@gmail.com.

**Abstract:** The aim of this paper is to present an analysis of the relationship between women's participation in the labor market and gender relations considering the voices of *Bolsa Família Program* beneficiaries. The discussions are based on semi-structured interviews conducted with beneficiaries living in Contagem, Minas Gerais. The results indicate that although the benefit may contribute to improvements in their material conditions of life a range of changes still being required to enable more egalitarian gender relationships.

**Keywords:** Bolsa Família Program. Women's participation in the labor Market. Gender Relations.

**Resumo:** O objetivo central deste trabalho é apresentar uma análise acerca da conexão entre participação da mulher no mercado de trabalho e relações de gênero a partir de percepções de beneficiárias do Programa Bolsa Família. As discussões são baseadas em entrevistas semi-estruturadas realizadas no município de Contagem com beneficiárias do programa. Os resultados apontam que, embora o benefício contribua para as melhorias nas condições materiais de vida das beneficiárias, ainda se fazem necessárias mudanças que possibilitem uma maior equidade nas relações de gênero.

**Palavras-Chave:** Programa Bolsa Família; Participação Feminina no Mercado de Trabalho; Relações de Gênero.

### Introdução

O objetivo central deste trabalho é apresentar uma análise acerca da conexão entre participação feminina no mercado de trabalho e relações de gênero, a partir de percepções de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Dentro deste contexto, este estudo possui

---

<sup>1</sup> Os resultados deste trabalho são provenientes do projeto *Empoderamento Feminino e Relações de Gênero no Contexto do Programa Bolsa Família: Uma Análise Qualitativa no Município de Contagem*, financiado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, via Edital FIP 2012 (Projeto 2012/7423-S2).

três objetivos específicos, quais sejam: i) apresentar um panorama sobre relações de gênero, sobre participação feminina no mercado de trabalho e, também, sobre o Programa Bolsa Família, discutindo o papel das condicionalidades colocadas pelo programa na vida das beneficiárias; ii) analisar se a concessão do benefício financeiro influencia na forma como as beneficiárias percebem o trabalho; iii) discutir se, na forma como o benefício é concedido, o programa está contribuindo para transformar as relações de gênero, tornando-as mais igualitárias ou está servindo para incentivar o fortalecimento dos papéis tradicionais da mulher na maternidade e maternagem.

Para atingir o objetivo proposto o estudo lançou mão de entrevistas semi-estruturadas, as quais foram realizadas com beneficiárias do programa Bolsa Família no município de Contagem, entre os meses de novembro de 2012 e maio de 2013.

A hipótese central que norteia esta investigação é de que embora o Programa Bolsa Família apresente um potencial para tornar as relações de gênero mais igualitárias, isto não ocorre porque o mesmo não foi desenhado para que houvesse, além do alívio da pobreza socioeconômica, um processo de mudanças no âmbito das relações familiares, em especial entre o casal, que possibilitasse maior respeito às escolhas, às preferências, às opiniões e a aquisição de capital humano das mulheres beneficiárias. Adicionalmente, também há a hipótese de que o benefício financeiro concedido às mulheres não é suficiente para gerar o que se denomina efeito preguiça em relação ao mercado de trabalho. Por fim, outra hipótese é de que as relações de gênero, ainda fundamentadas nos moldes tradicionais, bem como as lacunas nos equipamentos públicos dedicados aos cuidados das crianças é que são os maiores obstáculos para a participação da mulher no mercado de trabalho.

O artigo está dividido em cinco partes, sendo a primeira está introdução. Na segunda parte são feitas breves considerações sobre participação feminina no mercado de trabalho, sobre relações de gênero e, também, sobre o Programa Bolsa Família. A terceira parte apresenta a metodologia utilizada. Na quarta parte são discutidos os resultados e, finalmente, na quinta parte são feitas as considerações finais.

Os resultados sugerem que, embora as relações de gênero, no Brasil, tenham passado por grandes transformações nas últimas décadas, o caminho a ser percorrido para que se atinja uma maior igualdade entre homens e mulheres, ainda é bastante longo. Neste contexto, os resultados também sugerem que o programa Bolsa Família não foi desenhado para lidar com as diversas questões que permeiam as relações de gênero, no caso deste estudo, particularmente aquelas ligadas às relações entre homens e mulheres.

## REVISÃO DE LITERATURA

Este item do trabalho apresenta algumas considerações a respeito da inserção feminina no mercado de trabalho, das relações de gênero e, também, algumas explicações acerca do Programa Bolsa Família. Compreender as conexões existentes entre estes aspectos é

fundamental para o desenvolvimento de um processo de reflexão acerca das mudanças e permanências que se operam no âmbito da sociedade.

### **A Participação Feminina no Mercado de Trabalho**

Durante muitos anos, as mulheres tiveram uma participação restrita na esfera pública. Isto porque, historicamente, sempre coube ao homem tomar frente às questões concernentes ao espaço público. A ele caberiam as atividades de natureza instrumental de provisão e de intermediação com o espaço público, o que significa um vínculo com o emprego remunerado e com a provisão da família. À mulher, por outro lado, caberiam as atividades afetivas, voltadas ao domínio do lar, tais como a de cuidadora, de mãe e de esposa (OLIVEIRA, 2005). Somente ao longo dos séculos XVIII e XIX, com as transformações econômicas, sociais e culturais advindas do processo de industrialização, é que emergem, para as mulheres, algumas oportunidades de mudanças. No entanto, é somente no século XX, mais especificamente na década de 1960, que o movimento de mulheres, com o respaldo do feminismo, alcança mais visibilidade. Nesse período, a luta das mulheres ganha expressividade e se consolida como um movimento social importante e viabilizador de transformações decisivas nos valores, nos costumes, nas relações de trabalho e na família (ARAÚJO, 2005). É dentro deste contexto, de acordo com Nogueira e Yazbek (2006), que se difunde o processo de conscientização da luta pela emancipação da mulher e que se procura romper com o discurso conservador que defendia que o destino natural da mulher era o de mãe e esposa.

Entre os diferentes autores que se dedicam a analisar questões relativas ao mercado de trabalho, na perspectiva de gênero, existe um consenso de que a mulher sempre trabalhou. Nogueira e Yazbek (2006), por exemplo, pontuam que a emergência do capitalismo industrial traz consigo a necessidade de redução dos custos da produção e, para que isto acontecesse, houve a substituição da mão de obra masculina pela feminina. Assim, de acordo com as autoras, a emergência do capitalismo industrial colocou em evidência o fato de que a mulher sempre exerceu atividades econômicas, o que mudou foi o espaço de realização da atividade produtiva: se inicialmente as mulheres exerciam suas atividades no espaço doméstico, no capitalismo elas passam a desenvolver atividades remuneradas fora do lar. Contudo, apesar deste movimento, foi somente na década de 1980 que a tendência de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho se consolidou.

Apesar de atualmente os percentuais de mulheres no mercado de trabalho serem mais elevados do que os dos homens, Torres (2006) lembra que, ao longo dos tempos, as mulheres sempre exerceram profissões diferentes daquelas reservadas aos homens. Elas foram, em geral, alocadas em ocupações bastante específicas e com diferenças salariais expressivas em relação aos homens. O Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil (1992 a 1997), publicado pelo IBGE, em 2001, revela que as mulheres são absorvidas, de maneira expressiva, no ramo da prestação de serviços, o qual engloba atividades que são realizadas nos setores de alojamento e alimentação, dentre outros. Ainda segundo este documento, as ocupações da área da saúde e de ensino, que incluem profissões como professores e enfermeiros também se caracterizam por apresentar um elevado número de mulheres.

Vale apontar a similaridade que existe entre as atividades realizadas nestes serviços com as desenvolvidas pelas mulheres no âmbito doméstico. Neste sentido, Sorj (2004) ressalta que, no Brasil, a divisão sexual do trabalho é claramente desfavorável às mulheres e, segundo Nogueira e Yazbek (2006), é ela fundamental para a manutenção de desigualdades de gênero, as quais são reforçadas pela representação de que o trabalho masculino é mais importante e possui mais valor do que o feminino.

Bruschini (2000) aponta que, vários fatores influenciaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho, tal inserção está ligada não somente às necessidades econômicas e às oportunidades que surgiram no mercado de trabalho, mas, também, as transformações demográficas, culturais e sociais que marcaram o país desde os anos de 1970 e que tiveram um impacto na vida das mulheres e das famílias brasileiras. De acordo com a autora, o expressivo declínio da fecundidade, o aumento da escolaridade das mulheres, bem como transformações nos padrões culturais e nos valores atinentes ao papel da mulher na sociedade, aliado a força dos movimentos feministas foram aspectos que viabilizaram o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Sorj (2004) mostra que, quando indagadas sobre a possibilidade de escolher livremente entre trabalhar e dedicar-se menos a casa e à família, mais da metade das 2.502 mulheres entrevistadas em um estudo realizado em 2001, alegou que gostaria de desenvolver uma atividade remunerada e reajustar, portanto, a intensidade de sua participação na esfera doméstica.

## Relações de Gênero

A incorporação da perspectiva de gênero na análise da participação feminina no mercado de trabalho implica reflexões sobre uma série de dimensões, que vão desde a cultural até a econômica, a política e a social. No entanto, para que se possa vislumbrar a importância desta perspectiva nas análises desenvolvidas em diferentes âmbitos é fundamental, inicialmente, que se compreenda o significado atribuído ao termo relações de gênero e, em seguida, de que forma estas relações permeiam a vida dos indivíduos, em particular a da mulher.

Em seu clássico artigo, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott (1995) defende que gênero deve ser entendido como um saber sobre as diferenças sexuais, as quais são permeadas por relações de saber e, conseqüentemente, de poder. Para ela, é evidente que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas, quando se analisam as relações de gênero, o que deve ser posto em evidência são os significados culturais atribuídos a tais diferenças e como tais significados colocam estas diferenças dentro de relações hierárquicas.

A partir daí, a pergunta que se apresenta é: como esse entendimento de gênero, ou de relações de gênero, possibilita uma compreensão mais apurada da participação da mulher no mercado de trabalho? Rago (2004) apresenta algumas ponderações que auxiliam no entendimento desta questão. Segundo ela, até o final dos anos de 1960, aproximadamente, as normas que permeavam a sociedade brasileira estabeleciam que, ser mulher, significava identificar-se com a maternidade e com o espaço privado do lar. A boa mulher era aquela que sonhava com um bom partido para o casamento (que deveria ser indissolúvel) e que se identificava com as atividades leves e delicadas que exigiam pouco esforço físico e mental. Ela lembra, contudo, que tais exigências normativas não garantiam a oferta de condições para a realização de tais atividades. Assim, uma porcentagem expressiva de mulheres brasileiras pobres integrava o proletariado do país e era alocada, de modo geral, em atividades muito menos valorizadas e pior remuneradas do que os homens.

Nesta direção, Bruschini (2000) ressalta a influência da existência de um modelo de família patriarcal, no qual as mulheres são as responsáveis pelas atividades domésticas e socializadoras. A construção desta identidade em torno do mundo doméstico, segundo ela, dificultou, e ainda dificulta a inserção feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho. Isto porque a necessidade de conciliar as atividades da esfera doméstica com as da esfera pública é uma responsabilidade eminentemente feminina.

Cortez e Souza (2008) argumentam que o fato de naturalizar os papéis masculinos e femininos é inerente à compreensão que se tem, ainda hoje, do conceito de gênero apenas no âmbito anatômico, e serve para legitimar papéis para mulheres e homens influenciando, também, a divisão social do trabalho, a qual passa a se orientar por dois princípios: “o *princípio de separação*, ou seja, existem trabalhos de homens e mulheres e o *princípio de hierarquização*, que expressa a ideia de que um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher” (KERGOAT, 2003, p. 56).

Este cenário, contudo, não impede que as mulheres percebam a participação feminina no mercado de trabalho como fundamental. Ao apresentar uma parcela dos resultados da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados” Rago (2004) observa que a maioria das 2.502 mulheres, entrevistadas em 187 municípios brasileiros, considera o trabalho como um fator positivo em suas vidas, pois ele permite que tenham independência econômica e possam tomar decisões e agir de maneira livre.

### **O Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído em outubro de 2003, tem como principal finalidade o combate à fome e a pobreza através de transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos (saúde, educação, assistência social e segurança alimentar). Têm ainda por objetivo, a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias das beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade que se encontram (SILVA; LIMA, 2010, p.37).

Na atualidade, o PBF atende cerca de 13 milhões de famílias em todo território nacional. A renda familiar é limitada a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa e varia conforme o número e idade dos filhos. A gestão do programa é descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Em janeiro de 2013, 1.191.589 famílias de Minas Gerais foram beneficiadas pelo programa (SAGI, 2013).

Pelo fato de ser um Programa de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), o recebimento das transferências através do PBF é condicionado a contrapartidas nas áreas de educação e saúde. Trata-se das condicionalidades, que podem ser entendidas como compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do programa, quanto pelo poder público, para ampliar o acesso dessas famílias aos seus direitos sociais básicos. Segundo Cotta

e Paiva (2010) as condicionalidades postas pelo programa constituem um sistema de indução que busca afetar o comportamento dos membros adultos das famílias vulneráveis, por meio da associação de valor financeiro a decisões entendidas como ótimas no âmbito social, tais como o investimento na saúde e educação das gerações posteriores. Currelero e colaboradores (2010) argumentam que, no âmbito dos PTRC, as condicionalidades têm como objetivo, de longo prazo, a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza através da elevação do capital humano das populações vulneráveis.

O que muitos estudiosos questionam, contudo, é se tais condicionalidades não estariam reforçando papéis de gênero tradicionais e responsabilizando as mulheres, ainda mais, por tarefas que poderiam ser divididas com seus companheiros. A este respeito, Carloto e Mariano (2009) argumentam que as transferências condicionadas de renda que priorizam o repasse monetário às mulheres, em geral, as envolvem em uma rede de obrigações que impedem outras conquistas e, conseqüentemente, sua autonomia e empoderamento.

Para as pesquisadoras, a divisão sexual do trabalho, as responsabilidades com as tarefas de reprodução, particularmente no que se refere às atribuições domésticas, são fatores que contribuem para dificultar a conquista das mulheres no âmbito da cidadania. Elas ressaltam que, ao serem incluídas no PBF, as mulheres assumem o papel de representantes familiar e passam a ser vistas, mais uma vez, em função dos seus papéis femininos, particularmente os que vinculam a figura da mulher ao de mãe e de cuidadora. Como cuidadora, ela é responsável por cumprir e fazer cumprir todas as condicionalidades estabelecidas pelo programa.

Lavinas e Nicoll (2006) reforçam este argumento alegando que, ao se tornarem beneficiárias quase exclusivas de programas desta natureza, as mulheres mais pobres assumem uma responsabilidade ainda maior por suas famílias, em razão dos papéis sexuais tradicionais. Uma consequência disto é que as mulheres brasileiras pobres acabam, em geral, impossibilitadas de ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero e superar as desigualdades dela advindas.

Rios-Neto (2008), por outro lado, sugere que é necessário considerar o fato de que, embora as mulheres passem a ter mais responsabilidades quando ingressam em um programa de transferência de renda como o Bolsa Família (BF), elas passam, também, a ter níveis mais elevados de consumo de bens que atendem seus próprios interesses e interesses das crianças. Nesta mesma direção, Medeiros, Brito e Soares (2007) argumentam que as críticas que postulam que os programas de transferência de renda perpetuam desigualdades de gênero são

infundadas, pois ao definirem as mulheres como principais beneficiárias, estes programas tendem a favorecê-las, particularmente no que diz respeito às relações de poder que se configuram dentro do espaço doméstico.

Além das inquietações relativas às conexões entre transferências de renda e relações de gênero, alguns pesquisadores também têm apresentado uma série de ponderações a respeito do impacto do benefício sobre a participação das famílias beneficiárias, particularmente as mulheres, no mercado de trabalho. Medeiros, Brito e Soares (2007) pontuam que, embora bastante plausível, a ideia de que à medida que atingem certo nível de renda as pessoas ficariam menos motivadas para trabalharem, não se efetiva na prática. Isto porque os valores transferidos não são suficientes para que as pessoas deixem de trabalhar. De acordo com os autores, somente deixariam de trabalhar aqueles beneficiários que encontram somente trabalhos extremamente mal remunerados, instáveis ou insalubres. As falas de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, entrevistadas no município de Contagem, apresentadas posteriormente neste estudo, permitem algumas reflexões acerca destes importantes tópicos.

## **METODOLOGIA**

Os resultados apresentados neste estudo se fundamentam nos dados qualitativos obtidos a partir da pesquisa “Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do programa Bolsa Família: uma análise qualitativa no município de Contagem - MG”, realizada pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade de Contagem, entre 2012 e 2013, com financiamento do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) da PUC Minas. A pesquisa foi desenhada para investigar, no âmbito do programa Bolsa Família, questões das relações de gênero, dando ênfase ao empoderamento feminino.

Respeitando os princípios éticos que regem os estudos que envolvem seres humanos, a pesquisa na qual foram coletados estes dados foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Protocolo CAAE 01603112.8.0000.5137). O trabalho de campo consistiu na realização de vinte e sete entrevistas semi-estruturadas com beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Contagem, Minas Gerais. Entrevistas semi-estruturadas se caracterizam pelo uso de um roteiro que é,



fisicamente, apropriado pelo pesquisador e, embora se apoiem na sequência das questões, permitem explorar estruturas relevantes trazidas do campo (MINAYO, 2006).

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas manualmente, sem auxílio de qualquer pacote computacional. A análise foi desenvolvida a partir da proposta elaborada por Attride-Stirling (2001), denominada Análise de Redes Temáticas, a qual inclui seis passos: i) codificação do material; ii) identificação dos temas; iii) construção das redes temáticas; iv) descrição e exploração das redes temáticas; v) sumarização das redes temáticas e; vi) interpretação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este item apresenta e discute os resultados encontrados ao longo do trabalho de pesquisa desenvolvido junto a mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Contagem, Minas Gerais. Em primeiro lugar são apresentados alguns resultados referentes à percepção que as beneficiárias apresentam sobre a participação da mulher no mercado de trabalho. Em segundo lugar são apresentados os dados relativos às percepções das entrevistadas acerca das relações de gênero.

### **O mercado de trabalho na visão de beneficiárias do PBF**

A questão da participação das beneficiárias do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho é um ponto polêmico relacionado a este programa de transferência de renda e vem sendo analisado por alguns pesquisadores brasileiros (MEDEIROS, BRITO e SOARES, 2007; OLIVEIRA; SOARES, 2012). No senso comum, por exemplo, prevalece a opinião de que as mulheres que recebem o benefício monetário proveniente do Programa Bolsa Família (PBF) não apresentam nenhuma, ou muito limitada, intenção de se inserirem no mercado formal. A ideia é de que o benefício gera um efeito preguiça e faz com que mulheres em idade ativa não se insiram no espaço produtivo porque se acomodam com a renda que recebem via programa. Oliveira e Soares (2012) argumentam que esta noção da acomodação permeia tanto o imaginário de muitos contribuintes quanto construções teóricas do assunto. Para estes pesquisadores, fora grupos demográficos muito específicos, como o de mulheres com filhos pequenos, o desincentivo ao trabalho é muito pequeno ou inexistente.

Os extratos de falas, apresentados a seguir, sugerem que, de fato, o efeito preguiça não faz parte da realidade das beneficiárias entrevistadas. Para elas, a participação no mercado de

trabalho é vista de maneira positiva. De acordo com o que expressam as entrevistadas, o trabalho possibilita que façam escolhas de maneira mais livre em função da maior independência econômica, assim como defende Rago (2004). Adicionalmente, os resultados também indicam, como ressaltam Oliveira e Soares (2012), que o valor recebido via programa não é suficiente para gerar um desincentivo ao trabalho, como demonstram os relatos a seguir.

É um dinheiro que ajuda, mas não supre tudo, né? Até porque eu recebo R\$32,00 pra cada criança, né? Ajuda é claro, mas se eu for ficar só com o bolsa família não dá. É um complemento que a gente tem. (Entrevistada 18, casada, 04 filhos).

[...] eu preferia a época que eu trabalhava. Ter seu próprio salário, eu não tinha problema de saúde. Independência é melhor, muito bom. O dinheiro é seu, você faz o que você quiser, apesar de que eu recebo o bolsa família, mas o salário é bem melhor. Ainda mais que eu tenho três filhos e meu marido não pode ficar porque tem problema sério nas vista, então o salário dele não é tanto. Se for pra eu optar entre trabalhar o receber bolsa família eu escolho trabalhar porque é melhor. (Entrevistada 08, casada, 42 anos, três filhos).

Embora o trabalho seja considerado como um fator positivo é possível observar, pela fala apresentada a seguir, que as mulheres que tiveram a oportunidade de, alguma vez trabalhar fora, consideraram a experiência positiva não somente pelo aspecto financeiro. A experiência do trabalho fazia com que sentissem mais valorizadas e tivessem sua autoestima elevada. Por outro lado, a mesma fala sugere uma limitada oferta de serviços públicos voltados aos cuidados de crianças. Nesse sentido, como postulado por Sorj (2004), os cuidados com as crianças, especialmente nas famílias mais pobres, ainda permanece um assunto a ser resolvido na esfera privada. Neste caso, o cuidado com os filhos é, em geral, responsabilidade das mães. A fala de uma das entrevistas, apresentada a seguir, ilustra estes pontos.

A época que eu trabalhava fora de casa, o salário era melhor, a vida era melhor. Eu optei por duas coisas: Porque meus filhos começou crescer e eu fiquei com medo deles sai do ritmo, uma vida errada, não ser assim pessoas de boa índole, então eu em casa, eu cuido, eu olho, eu sei o que tá fazendo (...) mas, que eu gostava mesmo era trabalhar fora. Eu sempre gostei de trabalhar fora, uma que descansa a mente, outra que a gente cansa o corpo, mas tem satisfação. Você tem elogios, você é uma profissional. (Entrevistada 13, solteira, 36 anos, três filhos).

Os resultados até aqui apresentados sugerem, como alega Bruschini (2000), que a participação da mulher no mercado de trabalho está envolvida em uma complexa combinação de fatores, que vão desde características pessoais até familiares da mulher. Adicionalmente, como defendem Medeiros, Brito e Soares (2007), é possível que as pessoas pobres que recebem o benefício financeiro do Programa Bolsa Família não deixem de trabalhar por decisões livres e espontâneas. Muitas vezes, a não participação do mercado de trabalho acontece porque não

têm emprego em condições aceitáveis. Neste contexto, também é importante pensar no fato de que, por serem menos privilegiadas no mercado de trabalho, quando pressionadas pelas responsabilidades domésticas, as mulheres colocam estas atividades em primeiro lugar, deixando ao homem o papel de provedores do lar, tal como prescrito nos moldes tradicionais.

### **Relações de Gênero no contexto do PBF**

Além das polêmicas em torno da participação da mulher no mercado de trabalho, também existem polêmicas acerca das relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família. Para muitos pesquisadores como, por exemplo, Lavinhas e Nicoll (2006) e Mariano e Carloto (2009), o programa reforça o tradicional papel da mulher como cuidadora e dona de casa. Para estes pesquisadores, isto assume um peso maior ainda no segmento mais pobre e vulnerável de mulheres. Os resultados aqui apresentados sugerem, de modo geral, que o benefício monetário recebido trouxe uma mudança à existência das mulheres: elas não precisam mais se submeter à autoridade masculina; podem fazer escolhas, como mostra o relato de uma das entrevistadas.

Ah, eu trabalho né, to trabalhando. Eu recebo a bolsa família, me ajuda muito, aí eu num preciso ficar brigando. Aí eu prefiro viver separado mesmo. (Entrevistada 04, solteira, 07 filhos)

Adicionalmente, como pontuado por Rago (2004), hoje dificilmente as mulheres são vistas como incapazes de atuarem em ocupações, a princípio, consideradas como tipicamente masculinas. Elas romperam com o paradigma da mulher como ser capaz somente de realizar atividades leves e delicadas, que exigem pouco esforço físico e mental. O extrato de fala, apresentado a seguir, ilustra este ponto.

Eu acho que hoje em dia a mulher faz de tudo. Se precisar de um serviço de pedreiro tem mulher que faz, se precisar de um serviço de eletricista, mulher faz. Acho que hoje não tem acepção assim. Agora homem faz muita acepção, se chegar numa casa não quer lavar vasilha, homem não quer fazer uma comida, fala que aquilo é serviço de mulher, mas acho que não tem isso não. Mas pras mulheres fazer os dos homens elas faz tranqüilo, [...] a sociedade vê sempre o homem como o tal, como se ele fosse o grande. (Entrevistada 27, solteira, 07 filhos).

Por outro lado, muitos depoimentos, como o apresentado anteriormente, também revelam que ainda são necessárias inúmeras mudanças para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária, pois, como Sorj (2004) mostrou. A divisão sexual do trabalho doméstico ainda favorece o modelo tradicional de papéis sexuais, cabendo à mulher a maior carga das responsabilidades do lar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi o de apresentar uma análise acerca da conexão entre participação feminina no mercado de trabalho e relações de gênero a partir de percepções de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Os resultados indicam que a concessão do benefício financeiro não impede que as beneficiárias do programa percebam o trabalho como um fator positivo em suas vidas, viabilizando uma maior liberdade e autonomia nas decisões relativas à família e ao domicílio. Assim, como previsto na hipótese inicial, o fato de receberem uma transferência monetária não impede que desejem trabalhar. Pelo contrário, se pudessem muitas das entrevistadas o fariam. A grande dificuldade que encontram, contudo, está na permanência de alguns valores tradicionais relativos aos cuidados dos filhos e da casa e da lacuna na existência dos equipamentos sociais que possam atender às demandas de mães trabalhadoras, tais como creches e escolas em horário integral.

Os resultados também sugerem que, na forma como é concedido, o programa não tem condições de promover avanços expressivos nas relações de gênero, tornando-as mais igualitárias. Contudo, apesar de suas limitações, ele permite que as mulheres se sintam mais fortalecidas para tomarem decisões, de maneira mais independente, em relação aos filhos, a casa e, até mesmo, sobre a continuidade dos relacionamentos afetivos. Apesar disto, por não ter sido desenhado para contemplar a perspectiva de gênero, o programa pode ser considerado como um mecanismo que atua de forma a “deixar como estão” os papéis tradicionais atribuídos a mulher como, por exemplo, os da maternidade e maternagem.

Como aponta o conjunto de considerações feitas neste estudo, embora a participação feminina no mercado de trabalho venha crescendo em constância e intensidade ao longo da história e as mudanças nas relações de gênero já tenham gerado muitas transformações na vida das mulheres, ainda há muito a ser feito para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. de F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 41-52, 2005.

ATTRIDE-STIRLING, J. Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. **Qualitative Research**, 1(3): p. 385-405.2001.

BRUSCHINI, M. C. A. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (Org) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. Cap. 1, p. 13-58.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258 - 272, ago./dez. 2012.

COTTA, T. C.; PAIVA, L. H. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.)-**Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. Cap. 2, p. 57-99.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008

CURRALERO, C. B.; SILVA, A.A.; XIMENES, D.A.; VASCONCELHOS, A.B.P.A.; AQUINO, K.K.N.C.; OLIVEIRA, K.S.; SILVA, A.C.F.; NILSON, E.A.F. As condicionalidades do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org) **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. Cap. 5, p. 151-178.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa do mercado de Trabalho no Brasil (1992-1997). Estudos e Pesquisas -Informação Demográfica e Socioeconômica** número 7. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa\\_mercado\\_trabalho/mapa\\_mercado\\_trabalho.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/mapa_mercado_trabalho.pdf). Acessado em: 16 de jun de 2014.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILO, Marli.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M. (Org).**Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial de Mulheres, 2003. p. 55-63.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Pobreza, transferência de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 22, p. 39 a 75, junho de 2006. Disponível em: <http://www.cge.org.br/parcerias/p22.php>. Acesso em: 14 jul. 2010.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 17, v. 3, p. 901 a 908, setembro-dezembro de 2009.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. **Textos para Discussão** nº 1283. Brasília: IPEA, junho de

2007. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD\\_1283.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf). Acessado em: 10 de junho de 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 406 p.

NOGUEIRA, C. M.; YAZBEK, M. C. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria O. S. (Org.) **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez. São Luiz: FAPEMA. 2006. Cap. 4, p. 52-72.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. **Textos para Discussão nº 1738**. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2012. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1161/1/TD\\_1738.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1161/1/TD_1738.pdf). Acessado em: 10 de junho de 2014.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 31-42

RIOS-NETO, E. L. G. **PocketBoodPovertyAlleviation**. Americas Quartely, v. Spring, p. 68-71, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: [https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender). Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 26 fev. 2013.

SILVA, M. O. S.; LIMA, V. F. S. A. Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. In: SILVA, Maria O. S.; LIMA, Valéria Ferreira S. A. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 33-62.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-120

TORRES, M. A. S. A divisão sexual do trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho. I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais. 1, 2006, Goiânia, Goiás. **Anais...** Goiás, 2006. p.1-11.